

## O câncer da democracia

Em ano eleitoral, como 2004, surgem de modo recorrente denúncias e escândalos de desvios relacionados ao financiamento privado de campanhas políticas. A corrupção oriunda do uso de dinheiro ilegal para viabilizar campanhas, entretanto, produz efeitos que vão muito além dos processos eleitorais. Ela se perpetua nos mandatos e é realimentada ao espriar-se por todas as instâncias de poder, sejam elas do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário. Como metástase que toma conta do organismo canceroso, o financiamento privado de campanhas distorce e consome de maneira fatal a democracia.

Toda a sociedade sabe que, no atual modelo de financiamento, quem tem maior poder econômico tem muito mais chances de ser eleito. Elege-se, na maioria das vezes, quem tem mais dinheiro ou quem arrecada mais, e não os mais éticos, os que têm mais interesse no bem-estar da sociedade, maior compromisso com a comunidade. O financiamento privado fere um dos princípios básicos da democracia, que é a igualdade de oportunidades.

A distorção que o financiamento privado das campanhas provoca está na origem da grande maioria dos casos de corrupção no Brasil. Quem financia tem quase sempre objetivos particulares a defender, e quem recebe alia-se compulsoriamente a esses interesses. Forma-se assim um círculo vicioso. O eleito geralmente passa uma boa parte de seu mandato tendo que dar retorno a quem lhe financiou, priorizando o atendimento de interesses particulares à defesa dos interesses públicos. Outra parte do mandato ele passa arrecadando dinheiro para a próxima campanha, o que aumenta o favorecimento desses interesses. A atividade da maioria dos membros eleitos para o Legislativo e o Executivo passa a ter então como foco principal o atendimento de interesses muito particulares.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Sepúlveda Pertence, ao divulgar há duas semanas as instruções que vigorarão nas eleições municipais deste ano, reconheceu que essas normas vão continuar sendo burladas porque o atual modelo de financiamento de campanhas políticas não tem como impedir o uso do “caixa dois” e a interferência danosa do poder econômico nas eleições. Quem financia quantias vultosas para campanha não costuma querer visibilidade. A imprensa acompanha, a Justiça Eleitoral exige a prestação de contas, as listas oficiais são publicadas, mas os financiadores não querem explicitar seus interesses.

[www.nossasaopaulo.org.br](http://www.nossasaopaulo.org.br) e [www.cidadessustentaveis.org.br](http://www.cidadessustentaveis.org.br)



PROGRAMA  
CIDADES  
SUSTENTÁVEIS

De fato, é sabido que a maior parte das contribuições correm por fora dos mecanismos legais. E o dinheiro do “caixa dois” significa, no mínimo, sonegação de impostos e menos recursos para que o Estado cumpra suas obrigações sociais. Quem se dá bem nesse jogo e nada de braçada é o crime organizado, que dispõe e movimenta grandes volumes de dinheiro ilegal. As prestações de contas oficiais se constituem em uma enorme farsa, uma ilusão, porque as contribuições são inúmeras vezes maiores do que o que consta ali.

O financiamento público das campanhas é interesse da nação. A aprovação da Lei de Iniciativa Popular contra a corrupção eleitoral, em 1999, foi resultado da coleta de mais de 1 milhão de assinaturas de eleitores e mostrou a disposição da população em exigir transparência e fiscalização dos gastos de campanha. Comitês de acompanhamento das campanhas eleitorais foram constituídos em muitas cidades. O financiamento público exclusivo aumenta muito as possibilidades de controle e monitoramento do processo eleitoral. A população e o poder público, sabendo de antemão dos recursos que cada candidato dispõe, podem denunciar gastos excessivos e abusos do poder econômico. Ficam drasticamente diminuídas as oportunidades de burlas à legislação. Não é por acaso que em países com melhor distribuição de renda e melhor índice de desenvolvimento humano, não há financiamento privado.

Como, porém, o uso de dinheiro ilegal nas campanhas é prática generalizada, ninguém rompe com essa ilegalidade. Não há CPI sobre financiamento eleitoral porque todos estão comprometidos, o sistema está altamente contaminado por esse câncer. E, como tal, é preciso que ele seja tratado radicalmente, com terapia de choque, para que a doença seja extirpada.

O Congresso Nacional não introduziu até hoje o financiamento público de campanhas porque a maioria dos seus membros beneficia-se do processo atual e não quer a concorrência de outras pessoas que não têm recursos financeiros, possam também ter a oportunidade de se candidatar. Sua carreira política depende da manutenção do sistema atual. Apenas uma grande pressão da sociedade e uma forte determinação do poder executivo podem mudar esta situação. Neste sentido, o primeiro passo (e estou tentando com este artigo colaborar para isto) é a percepção do enorme estrago que o financiamento privado das campanhas eleitorais causa ao nosso País.

As desgraças sociais do Brasil começam com o financiamento privado das eleições. O dinheiro público, que deveria ser usado para distribuir renda para ajudar o País a acabar

com a pobreza e a miséria é desviado, por caminhos tortuosos, para atender a interesses dos financiadores. Sobra pouco dinheiro para os investimentos sociais, para distribuir renda e promover a geração de empregos. Enquanto não enfrentarmos essa questão, teremos um escândalo atrás do outro e raras punições, meramente paliativas, ficando mais distante o sonho de um país próspero e justo. É como querer curar um câncer com aspirina. A verdadeira cura para esse câncer chama-se financiamento público de campanha.

Oded Grajew

